

ENSINO DE GEOGRAFIA: PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E FÍSICA DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA ANTÔNIA TAVARES DA SILVA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS-RR

Ana Santana Saldanha Reis

*Professora da Rede Municipal de Ensino de Rorainópolis
assmaiareis@hotmail.com*

Candida de Almeida Barbosa Pereira

*Professora e Coordenadora Pedagógica da Educação
Básica do Governo do Estado de Roraima-RR
candida.geog@gmail.com*

Lana Cristina Barbosa de Melo

*Professora do Instituto Federal de Roraima-IFRR
lana.melo@ifrr.edu.br*

RESUMO

A pesquisa tem como proposta investigar e conhecer as metodologias utilizadas nas aulas de Geografia, na perspectiva da educação inclusiva para alunos com deficiência intelectual e física da escola Estadual Prof.^a Antônia Tavares da Silva, localizada no município de Rorainópolis no Sul do Estado de Roraima. Esta foi realizada através da revisão bibliográfica e pesquisa de campo, sua abordagem é qualitativa, cujo método foi através de observações e estudo de caso. Durante pesquisa foi possível observar que a escola dispõe de Sala de Atendimento Educacional Especializado (A. E.E.), "professores de inclusão", no entanto, os professores não recebem o apoio pedagógico necessário para planejar, a estrutura física da escola ainda não cumprem as normas nacionais de acessibilidade. Dentro da perspectiva da educação inclusiva, percebemos que ainda existem muitas barreiras para que o ensino da geografia acontecer a partir da perspectiva da educação inclusiva para estudantes com deficiências físicas e intelectuais.

Palavras - chave: Educação Inclusiva; Geografia e Alunos com deficiência.

ABSTRACT

The research aims to investigate and know the methodologies used in Geography classes, from the perspective of inclusive education for students with intellectual and physical disabilities of the State School Prof. Antônia Tavares da Silva, located in the municipality of Rorainópolis in the South of the State of Roraima. This was done through the bibliographic review and field research, its approach is qualitative, whose method was through observations and case study. During research it was possible to observe that the school made available from Specialized Educational Assistance Room (ESA), "inclusion teachers", however, teachers do not receive the pedagogical support needed to plan, the physical structure of the school still do not meet national standards accessibility. Within the perspective of inclusive education, we realize that there are still many barriers to teaching geography from the perspective of inclusive education for students with physical and intellectual disabilities.

Keywords: Inclusive Education; Geography and Students with disabilities.

INTRODUÇÃO

A pesquisa procurou conhecer como o ensino da Geografia acontece diante de uma perspectiva da educação inclusiva para alunos com deficiência da Escola Estadual Prof.ª Antônia Tavares da Silva do município de Rorainópolis- RR. Na qual foram observados os alunos com deficiência física e intelectual e identificar os elementos pertinentes aos resultados inerentes a inclusão. O processo de inclusão para alunos com deficiência é um assunto pouco abordado nos cursos de segunda licenciatura em Geografia, porém sabemos que no decorrer do dia a dia do professor em algum momento da sua carreira ele irá se deparar com essa realidade, que já se faz presente desde a meados da década de 1990 quando inicia-se um novo movimento, que encontra-se até os dias atuais, ao qual busca a inclusão plena de todos os educandos nas classes regulares, desde a Educação Infantil até ao Ensino Superior. Assim, entende-se que crianças, jovens e adultos com necessidades especiais devem aprender junto aos demais alunos, independentemente das suas limitações.

Compreender que a geografia é fundamental na formação do indivíduo, não apenas como um meio para o acesso e construção do conhecimento, mas como possibilidade de ensinar a ter um olhar diferenciado de mundo, objetivando a leitura crítica onde a diferença seja percebida como aspecto positivo no processo educativo.

Dentro dessa perspectiva o objetivo geral da pesquisa foi investigar como acontece o ensino da geografia na perspectiva da educação inclusiva para alunos com deficiência intelectual e física da Escola Estadual Professora Antônia Tavares da Silva do município de Rorainópolis -RR. Com os seguintes objetivos específicos: Observar se a escola dispõem de profissionais capacitados

e especializado, se a mesma possui sala de Atendimento Educacional Especializado para auxiliar os alunos com deficiência intelectual e física nas aulas de geografia; conhecer quais as metodologias estão sendo utilizadas nas aulas de geográfica para que o aluno com deficiência intelectual e física consiga compreender e acompanhar as aulas de geografia e identificar como a escola trabalha a inclusão de alunos com deficiência na perspectiva da educação inclusiva.

A pesquisa foi bibliográfica e descritiva ao qual foram estudados os autores que tratam dos temas: perspectiva da educação inclusiva, deficiência intelectual, física e legislação em relação ao tema, sua abordagem é qualitativa, cujo método se deu através de observações da dinâmica pedagógica como: planejamento das aulas, adaptação da estrutura física da escola, metodologias adotadas pela escola para receber esses alunos com essas limitações, levantamento de dados e estudo de caso, ao qual foi realizado entrevistas com os professores titulares da disciplina de geografia, os professores que trabalham na Sala de A.E.E., os professores de “inclusão de aluno com deficiência” e coordenadores da escola pesquisada e acompanhamento das aulas de geografia em três turmas que tem alunos com as deficiências pesquisadas.

Para contribuir com a temática estudada para compreender como essa inclusão de aluno com deficiência acontece no ensino de geografia identificando as dificuldades encontradas e citando as metodologias que facilitaram essa inclusão.

Na busca por compreender essa problemática na sua dimensão, contaremos com a contribuição de alguns autores entre os principais: CAVALCANTI, PONTUSCHKA, ROPOLI, MENDES e a DECLARAÇÃO DE SALAMANCA entre outros autores e fontes.

A inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos. Ela questiona a fixação de modelos ideais, a normalização de perfis específicos de alunos e a seleção dos eleitos para frequentar as escolas, produzindo, com isso, identidades e diferenças, inserção e/ou exclusão. (ROPOLI, p. 7, 2010).

Podemos observar que o processo de inclusão não deverá ser somente um processo legal que aconteça somente no papel e na lei, mas sim na prática e no cotidiano dos alunos com deficiência. Ficando claro que a educação inclusiva não acontece pelo simples fato de aceitar matricular aluno com deficiência na sala regular de uma escola, mas sim que esse aluno se sinta e faça parte de todo o processo de ensino aprendizagem da escola a qual o aluno está inserido.

DISCUSSÃO

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Historicamente durante muitos anos a educação para pessoa com deficiência se caracterizou pela visão de que delimita a escolarização como privilégio de um grupo social. Durante muito tempo as pessoas com algum tipo de deficiência eram completamente excluídas da sociedade. Na primeira tentativa de organizar uma linguagem universal sobre deficiências, a Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2001, publicou o conceito de deficiência: substantivo atribuído a toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente, e pode ser classificada em cinco grupos: física, auditiva, visual, intelectual ou múltipla.

A deficiência intelectual até o século XVIII era confundida com doença mental e tratada exclusivamente pela medicina por meio da institucionalização que se caracterizava pela retirada das pessoas com deficiência de suas comunidades de origem, mantendo-as em instituições situadas em localidades distantes de suas famílias, permanecendo isoladas do resto da sociedade, fosse a título de proteção, de tratamento, ou de processo educacional (ARANHA, 2001). A partir do século XIX, passou-se a levar em conta as potencialidades da pessoa que apresentava algum tipo de deficiência e, aos poucos, estudiosos da área da psicologia e da pedagogia envolveram-se com a questão e realizaram as primeiras intervenções educacionais, principalmente nos países da Europa.

Analisando esse contexto social marcado por diversas lutas e mudanças, dos direitos das pessoas com deficiências, podemos notar diversos avanços inicialmente reconhecidos pelos princípios constitucionais que garantem seus direitos, seja no trabalho, na acessibilidade e principalmente no tocante à educação.

Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

Em seguida temos o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, a qual reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricu-

lar seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de “integração instrucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (BRASIL, 1994). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

E mais adiante teremos atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos o currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa

Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SE-ESP, 2001)”.

As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializam a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino, prevista no seu artigo 2º.

O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca na meta 8.1 Educação Especial que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos huma-

nos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, é desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos.

Ainda de acordo com o Decreto nº 5.296, a deficiência intelectual, refere-se ao “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas” (BRASIL, 2004).

O Estado de Roraima reconhece e garante a inclusão de alunos com deficiência na perspectiva da educação inclusiva através da lei: nº 103 de 23 de novembro de 1995 e da Resolução 007/09 do Centro Educacional Especializado do Estado de Roraima CEE/RR na qual afirma que:

Considerando a necessidade de desenvolver, no Sistema Estadual de Educação de Roraima, políticas educacionais inclusivas que garantam o cumprimento do direito à educação para todos os alunos sem discriminação ou segregação, e amplo respeito às necessidades educacionais que estes alunos possam apresentar no processo de aprendizagem. (CEE/RR 007/09, p. 2)

A Resolução citada anteriormente garante o cumprimento do direito a educação para todos os alunos sem discriminação e amplo respeito as necessidades educacionais desse aluno, como também garante o apoio e suporte pedagógico a todos os profissionais.

ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA ESTADUAL PROF.^a ANTÔNIA TAVARES DA SILVA NO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOL

A escola funciona nos dois turnos: matutino e vespertino, atendendo as modalidades de Ensino Fundamental e Correção de fluxo, com total atual de 703 alunos matriculados, sendo que 31 desses alunos matriculados são deficientes, entre as

deficiências podemos observar que 5 desses alunos apresenta deficiência física, 19 com deficiência intelectual e 7 com outros tipos de deficiências.

Quando falamos de inclusão de alunos com deficiência em uma escola, temos no primeiro momento que analisar a estrutura da escola observada, de acordo com as Normas Brasileira de Acessibilidade, nessa primeira observação é possível constatar que apesar de a escola ser um modelo padrão adotado pelo Estado de Roraima, a mesma ainda não é considerada adaptada na sua estrutura física para receber os alunos com deficiência física, apesar de existir algumas adaptações visíveis na estrutura da escola. Por exemplo a entrada da escola apesar de possui rampa, a calçada apresenta alguns obstáculos para andar com uma cadeira de roda, já nos banheiros o espaço é insuficiente para o cadeirante realizar a manobra mínima de 180º conforme sugere ABNT NBR 9050:2015 para termos os banheiros acessíveis e vestiários com banheiros conjugados devem prever área de manobra para rotação de 360º para circulação de pessoa em cadeira de rodas (pag.107, 2005), nesse sentido podemos analisar a figura 2 (C) referente a rampa da entrada da escola pesquisada.

Se analisamos a figura 2 (C) podemos observar que a rampa oferece dificuldade

para um aluno cadeirante ou qualquer limitação física andar com facilidade, isso é possível observar mesmo sem ter o mínimo de conhecimento da Normas Brasileira de Acessibilidade.

É possível observar que a própria sala de Atendimento Educacional Especializado (A.E.E.) da escola, não possui espaço suficiente para realizar as atividades, assim como não disponibilizaram materiais necessários pedagógicos para atender algumas deficiências, como mapas adaptados, globos adaptados, materiais geográficos como jogos para estimular o aluno com deficiência Intelectual.

Também foi possível observar através das entrevistas que a maioria dos professores da disciplina de Geografia possuem formação na área de Geografia, já em relação a Educação Especial poucos professores que trabalham com alunos com deficiência têm formação voltada a área de Educação Especial, mas vale ressaltar que apesar da dificuldade em fazer esse tipo de curso no município os professores procuram se aperfeiçoar sempre que podem, e para fazer cumprir a resolução 007/009 a secretária de educação iniciou-se esse ano de 2017 uma maratonas de palestras, cursos através das salas temas para preparar os professores e funcionais de apoio a receber e trabalhar com a educação inclusiva.

A sala de Atendimento Educacional



Figura 01. : A) Localização da escola, B) faixada da escola.

Fonte: Autores, 2018.



Figura 02. : Rampa da entrada da Escola pesquisada.

Fonte: Autores, 2018.

Especializado conta com duas professoras uma no turno matutino e outra no vespertino. Ambas possuem formação inicial em pedagogia sendo que uma delas possui especialização em psicologia e a outra em educação infantil, as duas possuem vários cursos de carga horária de 40 a 120 horas voltado para educação especial.

A escola ainda oferece o “professor de aluno de inclusão”, que são professores de carreira que por algum motivo não assumiram uma sala de aula, e para não ficar sem lotação acompanham os alunos com deficiência na sala regular, vale lembrar que somente no ano passando o estado começou a oferecer cursos voltados a Educação Especial para orientar esses profissionais da educação de como receber e trabalhar na educação inclusiva, alguns professores ainda consideram a formação e apoio insuficiente para fazer uma educação inclusiva para alunos com deficiência.

No decorrer da pesquisa foi possível observar que os alunos com deficiência intelectual e física de certa maneira são meio “excluídos” do processo de ensino e aprendizagem, pois a maioria dos professores de geografia, não fazem o planejamento da sua aula pensando nesse aluno, não procura adaptar as aulas para atender esse novo aluno, foi possível observar que ao planejar as aulas

os professores não procuram apoio a Sala de Atendimento Educacional Especializado para fazer um planejamento pensado e voltado a esses alunos pesquisados. Como também os professores de aluno de inclusão por não terem um treinamento ou curso de capacitação adequado para trabalhar com esse aluno e suas necessidades muitas vezes não sabem como ajudar, como proceder diante das dificuldades, faltando uma orientação.

ENSINO DA GEOGRAFIA: PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E FÍSICA.

A geografia para PONTUSCHKA:

Dessa maneira podemos dizer que a geografia é de suma importância na formação acadêmica, pessoal e social de uma pessoa, e refletir como o ensino da geografia acontece na perspectiva da inclusão de alunos com deficiência intelectual e física compreendendo a Geografia sendo uma ciência necessária para a leitura do espaço e desenvolver o raciocínio geográfico nos alunos é seu papel principal em relação às demais disciplinas escolares.

Entendendo que a educação geográfica é fundamental na formação do indivíduo,

não apenas como um meio para o acesso e construção do conhecimento, mas como possibilidade de ensinar a ter um olhar diferenciado de mundo, objetivando a leitura crítica de diversos modos de vida que se tornam naturalizados em nossa sociedade.

Muito se discute sobre o papel do ensino de geografia dentro do currículo escolar, como os professores de geografia têm que direcionar sua ação docente para o desenvolvimento de um pensar geográfico pelos alunos de maneira a ensiná-los a construir, a formar conceitos geográficos e a desenvolver competências do pensamento que pode auxiliar na contextualização espacial de fenômenos, estruturas e processos, no conhecimento mais profundo do mundo em que vivem, e na atuação mais consciente como cidadãos em escala local, regional, nacional e mundial. Nesse sentido os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN's a geografia escolar torna-se importante ao apontar que:

...Como disciplina escolar, oferece sua contribuição para alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação, o momento atual da chamada mundialização da economia. (2009, p. 38).

A geografia propõe aos alunos a formação da cidadania participativa e crítica mostrando a eles a realidade, fazendo pensar nas suas atitudes e como suas ações contribuem na sociedade atual e futura. Tendo uma melhor compreensão do que ensinamos a função social e os princípios da ciência geográfica, ao qual podemos organizar currículos e planejar práticas educativas que não desconsiderem os conceitos da geografia, para posteriormente se pensar na didática para se trabalhar os conteúdos com os alunos.

Ser professor nos dias atuais tem-se

tornado cada dia mais uma tarefa desafiadora, um desses desafios para o ensino de geografia tratar do espaço cotidiano com os alunos com deficiência intelectual e física que conforme Cavalcanti, (1998, p.10): “É preciso que se considere, além disso, a relação entre essa ciência e sua organização para o ensino, incluindo aí a aprendizagem dos alunos conforme suas características físicas, afetivas, intelectuais, socioculturais”.

O ensino de geografia é fundamental nesse processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual ou física, pois proporciona situações de aprendizagem que valoriza as referências que o aluno tem e o espaço vivido e produzido por ele. Nesse sentido PERIS e SAMPAIO sugere que:

É importante observar que o professor de geografia ao planejar suas aulas para alunos com deficiência intelectual/física torna-se

Adquirir conhecimentos básicos de Geografia é algo importante para a vida em sociedade, em particular para o desempenho das funções de cidadania: cada cidadão, ao conhecer as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, bem como as de outros lugares, podem comparar, explicar, compreender e especializar as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram e estabelecem com a natureza na construção de seu espaço geográfico. (1997, p. 83).

imprescindível aprimorar métodos de ensinar e aprender geografia transformando sua aula prática com exemplos práticos já que essas aulas facilitam o processo de aprendizagem. Assim PERIS e SAMPAIO observa que:

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não ministra um “ensino diversificado” e para alguns, ele prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. Dessa maneira

quando as aulas de geografia são pensadas e planejadas com esse proporcionalmente e o professor possui o suporte pedagógico necessário para fazer uma aula de inclusão de alunos com deficiência intelectual ou física ela permite que o aluno sinta a necessidade em aprender a ser e a viver como realmente é: uma pessoa com direitos e deveres, que necessita ser educado de forma significativa a fim de ser capaz de valorizar a visão positiva de si mesmo e estimular seu desejo e confiança para conquistar competência entra e interpessoal. Nesse sentido Mantoan (2007, p. 17), afirma que “a deficiência mental não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e nem pode ser definida por um único saber”. Ela é uma interrogação e objeto de investigação de inúmeras áreas do conhecimento (2007).

O professor de Geografia pode fazer o uso de jogos para adaptar seu conteúdo de acordo com a turma e a série em que o aluno está inserido, desenvolvendo técnicas mais criativas e dinâmicas. Assim, poderá facilitar o desenvolvimento de todos os alunos sobre temas geográficos, desafiando os discentes a pensar o lugar em que vivem, os lugares onde passeiam e, dessa forma, assimilá-los com as questões de espaço, tempo, ampliando gradativamente à sua noção de lugar, bairro, cidade, país até chegar à ideia de mundo e vice-versa. (2010, p. 13)

ENSINO DA GEOGRAFIA E AS METODOLOGIAS ADOTADA

Falar de metodologias para trabalhar com alunos com deficiência física ou intelectual no ensino da geografia ou em qualquer outra disciplina, não é fácil, porque entendemos

Levando em consideração os aspectos do aprendizado desses alunos e os conteúdos de Geografia ministrados nos Ensinos Fundamental e Mé-

dio, é imprescindível, antes de qualquer coisa, que o professor esteja convicto de que esses alunos são capazes de construir seu conhecimento a partir de encontros com os objetos e pessoas, na medida em que agem sobre eles. (2010, p. 12).

que o processo de inclusão de alunos com deficiência ainda é um desafio para a escola comum no seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular, construindo o conhecimento. Compreendemos que o aluno com deficiência tem uma maneira própria de lidar com o saber, que na maioria das vezes não corresponde ao que a escola preconiza.

Para colocar em ação e desenvolver as metodologias no ensino da geografia na proposta da educação inclusiva é essencial que o professor conte com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais, professores de inclusão, e outros), que adote um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada.

Os alunos com deficiência intelectual têm a dificuldade de construir conhecimento como os demais e de demonstrar a sua capacidade cognitiva, principalmente quando o professor ou a escola adotam ou matem um modelo conservador e tradicional de ensino. Esse aluno necessita que uma aula mais dinâmica, prática e com utilização de exemplos com materiais concretos, ao qual os alunos possa pegar os objetos, visualizar, sentir e principalmente perceber a ligação do conteúdo trabalhado com seu dia a dia. Com essas metodologias desenvolvidas nas aulas de geografia espera-se que os alunos possam ter a oportunidade de construir o conhecimento, e não deter desse conhecimento sabe que esses alunos muitas vezes apresentam dificuldade de gravar informações. Não é necessário e nem recomendável que o professor faça um planejamento diferente para esse aluno, mas que ele planeje sua aula pensando nesse aluno e adote no seu planejamento oportunidade para que esse aluno participe da sua aula, e

não se torne apenas “um objeto de decoração da sala”.

O aluno com deficiência física faz necessário que a escola e o professor reconheçam e entenda suas limitações, algumas vezes os alunos estarão impedidos de acompanhar as aulas devido à acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal. O papel do professor é fundamental, pois ele deve ser capaz de identificar as necessidades da sala de aula e as peculiaridades do seu aluno é preciso que o professor tenha um conhecimento bem construído em sua área de atuação, além de se manter em permanência atualização, buscar novas metodologias para desenvolver e aperfeiçoar o conhecimento específico dos seus alunos.

Sabemos que não existe uma fórmula ou um modelo de aula/planejamentos/metodologias que possamos sugerir para que o professor de geografia que tenha aluno com deficiência intelectual ou física a ser seguir, porque compreendemos que cada aluno é único, com suas limitações, desenvolvimentos e personalidade, a proposta da educação inclusiva não é tratar esse aluno diferente do outro, porque caso isso aconteça de certa

forma excluiríamos esse aluno, a proposta é criar possibilidade igualitária para esse aluno, é fazer com que ele se sinta incluído nas atividades desenvolvidas, se sinta capaz apesar das suas limitações.

RESULTADOS DA PESQUISA

Neste tópico, discutiremos o ensino de geografia: Perspectiva da Educação Inclusiva para alunos com deficiência intelectual e física da escola estadual prof.ª Antônia Tavares da Silva, tomando como referência as respostas aos questionários, as falas dos professores entrevistados e as observações realizadas no decorrer da pesquisa. Ressaltamos que não pretendemos analisar a prática dos professores (o que realmente fazem), mas o que os mesmos dizem a respeito do ensino de geografia na perspectiva da educação inclusiva para alunos com deficiência intelectual e física da referida escola. Nos questionários, foi perguntado aos dois coordenadores da referida escola sobre as condições estruturais e pedagógicas da escola, ao qual seguem na tabela 1 abaixo das perguntas e das repostas das mesmas:

CARACTERÍSTICAS GERAIS	ESCOLA ESTADUAL Prof.ª ANTÔNIA TAVARES DA SILVA	
	Situação	Descrição
Acessibilidade a deficientes físicos e intelectual	Parcial	Falta do cumprimento da normal de acessibilidade; rampa, portas, sala de acesso para deficiente físico
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	Parcial	Tem a sala, mas não atende as diretrizes
Professores regulares especializados e/ou técnicos	Não são preparados para atender a deficiência especificado	Por falta de cursos de capacitação e formação;
Material didático-pedagógico específico para deficientes físico e intelectual	Parcial	Tem os Kits que MEC envia para a escola ao qual não são suficientes;
Transporte Escolar adaptado	Não	Não possui

Tabela 1.: Condições Estruturais e Pedagógicas da escola pesquisada.

Fonte: Elaborado pela autora, (2017).

Diante das respostas dos coordenadores exposto na tabela 1, podemos observar que a escola ainda enfrenta muitas dificuldades em oferecer condições adequadas e necessária para os alunos com deficiência física e intelectual, que vai desde a estrutura da escola devido à falta de acessibilidade no espaço físico, falta de transportes adaptados até a disponibilização dos materiais pedagógicos que possa facilitar o processo de ensino/aprendizagem desses alunos como podemos observarmos na figura 4, A, B e C a seguir:

trabalham nessas salas.

Vale ressaltar que a Resolução 007/009 do Estado de Roraima, assegura as criações das salas de A.E.E., no seu capítulo VI- em especial no seu Art. 16, ao qual deixa claro os objetivos dessas salas para o desenvolvimento do aluno, “O atendimento educacional especializado tem por objetivo assegurar a inclusão educacional, disponibilizando meios para o acesso ao currículo, que proporcione a independência para a realização das tarefas e a construção da autonomia”, durante a



Figura 3: A) Corredor da escola. B) Piso da escola pesquisada. C) Largura das portas.

Fonte: Autora, (2017).

Percebemos que a largura do corredor da escola e das portas são estreitos para uma cadeirante andar fazendo uso de uma cadeira de roda, assim como também o piso apresenta bastantes problemas ao qual atrapalham a acessibilidade de qualquer pessoal que tenha limitação física de locomoção. Quando falamos em inclusão de alunos com deficiência física um dos primeiros pontos que deve ser é a estrutura física da qual receberá esse aluno, sabemos que esse é um dos pontos essenciais.

Seguindo a entrevista agora analisaremos a tabela 2, ao qual se refere as atividades desenvolvidas nas salas de Atendimento Educacionais Especializados (A.E.E) da escola com as duas professoras que

pesquisa observamos as professoras das salas de A.E.E. desenvolveram um excelente trabalho, dentro das limitações da escola ainda falta divulgação da finalidade dessa sala para ser um “suportes pedagógico” tanto para o aluno como para a escola em geral.

Através da entrevista com as professoras titulares da sala do A.E.E, e das observações foi possível observar que só somente 50% dos alunos são atendidos no horário oposto devido esses alunos morarem distante da escola e não terem condições de vir para os atendimentos conforme a legislação sugerem, os outros 50% são atendidos no mesmos horários das aulas do regular, dessa maneira acabam atrapalhando o processo de

Atividades	Horário de funcionamento
Atividades lúdicas e trabalha as potencialidades.	No horário da aula, uma vez por semana, sendo que são 2 horas o atendimento que é feito em dupla (alunos que apresenta a mesma dificuldade). Vale ressaltar que há alunos que são atendidos no horário oposto
Atividades lúdicas, leitura e escrita em sala só com deficientes.	No horário da aula, uma vez por semana, sendo que são 2 horas o atendimento que é feito em dupla (alunos que apresenta a mesma dificuldade). Vale ressaltar que há alunos que são atendidos no horário oposto
Atividades leitura.	No horário da aula, uma vez por semana, sendo que são 2 horas o atendimento que é feito em dupla (alunos que apresenta a mesma dificuldade). Vale ressaltar que há alunos que são atendidos no horário oposto
Atividades lúdicas, uso de notebook com jogos que estimula o intelecto do aluno.	No horário da aula, uma vez por semana, sendo que são 2 horas o atendimento que é feito em dupla (alunos que apresenta a mesma dificuldade). Vale ressaltar que há alunos que são atendidos no horário oposto

Tabela 2. Tipos de atividades e horário de funcionamento do A.E.E. na Escola pesquisada.

Fonte: Elaborado pela autora, (2017).

aprendizagem desses alunos, o interessante ao qual observei foi que uma das aulas que são escolhidas para esses alunos serem atendidos na sala de A.E.E. são as aulas de geografia, história, Ciências etc..

Na tabela 3 a seguir vamos analisar a formação dos professores pesquisados na escola conforme a área de atuação no momento.

Professor pesquisado	Porcentagem (%)	Quantidade (n)
Geografia	50%	4 professores
Sala de A.E.E	50%	2 professores
Professor de aluno de inclusão (GRADUAÇÃO ou ESPECIALIZAÇÃO) na área de educação especial	11%	9 professores

Tabela 3. Perguntamos sobre a formação dos professores que trabalham com a disciplina de geografia, da sala de A.E.E. e “professores de inclusão”, segue abaixo os gráficos Graduação dos professores da escola pesquisada

Fonte: Elaborado pela autora, (2017).

Conforme podemos verificar na tabela 3, 50% dos professores pesquisados que lecionam geografia possuem formação em geografia, assim como também como os da sala de A.E.E. 50% possuem formação em educação especial conforme sugere a RESOLUÇÃO Nº 4, DE 2 DE OUTUBRO DE 2009 no seu artigo 12, mas já em relação aos “professores de aluno

de inclusão” apenas 11,11% dos professores possuem curso de graduação ou especialização em educação especial.

Na sequência foram perguntados a todos aos entrevistados sobre o conhecimento sobre necessário a inclusão de alunos com deficiência intelectual e física na sala regular e na disciplina de geografia, os professores responderam conforme a tabela 4 abaixo.

Através da tabela 4, é possível observar que 80% dos professores entrevistados consideram ter pouco conhecimento em relação a inclusão de alunos com deficiência intelectual e físico na sala regular e na disciplina de geografia, somente 20% deles consideram possuir conhecimento suficiente sobre o processo. Dessa maneira fica claro

Professor pesquisado	Porcentagem (%)	Quantidade (n)
Muito conhecimento	-	-
Suficiente	20%	3
Pouco conhecimento	80%	12

Tabela 4. Conhecimento sobre a Inclusão de alunos com deficiência intelectual e física na sala regular e na disciplina de Geografia na escola pesquisada.

Fonte: Elaborado pela autora, (2017).

todos os profissionais possuem conhecimento sobre o processo de inclusão na sala regular, apesar de para eles esse conhecimento não é o suficiente para o processo de inclusão.

Quando formam questionados sobre o posicionamento relativo a educação inclusiva vejamos as respostas dos mesmos na tabela 5, a seguir¹.

não terem pouco conhecimento necessário como afirmaram 80% deles na tabela 4. Nessa pesquisa, a maioria dos profissionais questionados informaram que os professores de geografia não recebem apoios pedagógicos para adaptar os conteúdos para as deficiências pesquisadas.

AFIRMAÇÕES	A	I	D
“Os professores da disciplina de geografia possuem muito da prática necessária para trabalhar com alunos com deficiência física e intelectual”.	4	3	8
“Os professores da disciplina de geografia têm o apoio pedagógico suficiente para adaptar os conteúdos trabalhados para os alunos com deficiência física ou intelectual”	4	4	7

Tabela 5. Posicionamento relativo a educação inclusiva dos professores da escola pesquisada.

Fonte: Elaborado pela autora, (2017).

Nesse item a maioria dos professores pesquisados demonstravam estarem desacordo com relação aos professores da disciplina de geografia possuem muita prática necessária para trabalhar com alunos com deficiência intelectual e física, a seguir analisaremos o posicionamento deles em relação ao apoio pedagógico que os professores de geografia recebem para adaptar os conteúdos trabalhados.

Alguns profissionais desmontaram insegurança na hora de responder as perguntas, onde muitas vezes entram em contradição nas suas respostas, talvez seja pela falta de conhecimento do processo de inclusão dos alunos com deficiência, por falta de esclarecimento, ou até mesmo por

Mas a diante continuaremos a analisar a tabela 6, em relação ao posicionamento dos professores titulares da disciplina de geografia em relação ao planejamento e metodologias adotados pelo mesmo no processo de inclusão:

Na tabela 6, é interessante observar que os professores que lecionam a disciplina de geografia, demonstraram que apesar de possuírem ciência que não desenvolvem nas suas metodologias diárias atitudes que possam promover ações que façam parte do processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual e física nas aulas de geografia.

Durante toda a pesquisa foi possível observar que apesar de a escola Antônia Tavares disponibilizar de Sala de Atendimento Educacional Especializado (A. E.E.) e “professores de inclusão” os professores da

¹ A - Acordo
I - Indiferente
D - Desacordo

disciplina de geografia não contam com essa parceria na hora de planejar suas aulas de geografia, assim como também conforme alguns professores e coordenadores da instituição afirmam, apesar de muitos terem conhecimento de que a Sala A.E.E. disponibiliza de alguns materiais adaptados e estão à disposição para auxiliar quando necessário, esses professores não fazem uso

de algum recurso pedagógico do qual possa ajudar o processo de aprendizagem dos com deficiência intelectual ou física, dessa maneira os próprios professores reconhecem que suas aulas não são pensadas e nem planejadas para esses alunos, ficando cada vez mais difícil o processo de inclusão de alunos com deficiência intelectual ou física na perspectiva da educação inclusiva.

Afirmção	Sim	Não	Em parte
Ao planejar as aulas de geografia a escola oferece algum suporte para fazer esse planejamento voltado aos alunos com deficiência física ou intelectual?	-	2	2
A escola oferece algum material adaptada como metodologia a ser usado nas aulas de geografia para alunos com deficiência física ou intelectual?	-	3	1
O professor de inclusão participa do planejamento das aulas e das atividades a serem desenvolvidas com os alunos com deficiência física ou intelectual?	-	3	1
Suas aulas são pensadas e adaptadas aos alunos com deficiência física ou intelectual?	1	1	2
Na sua opinião o processo de inclusão acontece de fato e direito; ou ainda falta muito para acontecer;	-		4
Você está preparado para trabalhar com inclusão de alunos com deficiência física ou intelectual?	1	1	2

Tabela 6. Metodologias adotadas pelos professores de geografia no processo de inclusão dos alunos com deficiência física e intelectual na escola pesquisada (professores de Geografia).

Fonte: Elaborado pela autora, (2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de todo este contexto de análises em torno do ensino da geografia na perspectiva da educação inclusiva para alunos com deficiência intelectual e física da Escola Estadual Professora Antônia Tavares da Silva do município de Rorainópolis – RR, percebemos que a educação inclusiva para esses ainda enfrenta muitos entraves, desde a estrutura física da escola pesquisada até aos suportes pedagógicos oferecidos aos professores de geografia, de “aluno de inclusão e a sala de A.E.E., apesar disso a educação inclusiva tem sido alvo de muitas discussões e tem gerado algumas conquistas, pelo menos no que

concerne à legislação, através de várias leis e decretos. Percebemos que ainda deve ser revistas as condições de como esse processo de inclusão no ensino da geografia para alunos intelectual e física acontece, ao qual vão desde as condições adequadas tanto na estrutura física das escolas visando a acessibilidade, como na preparação das pessoas que atenderam os alunos deficientes na escola e a preparação de materiais adaptados para as aulas de geografia.

Observamos que a instituição e muitos profissionais da qual foram pesquisados demonstraram falta de preparação e orientação adequadamente para receber e trabalhar com alunos com deficiência, isso se dar pela falta de conhecimento e esclarecimento do tema, sabemos que não existe uma receita

pronta, pois cada deficiência é diferente, e ainda sabemos que apesar dos laudos serem parecido entre os tipos muitos podem ter o mesmo “diagnostico” por exemplo deficiência “Intelectual”, mas cada um apresenta um tipo deferente das limitações no processo de ensino e aprendizagem.,

Dessa maneira esperamos que esse artigo sirva de base para estudo em relação ao tema, assim também para que nos futuros cursos de formação em licenciatura em Geografia tenham um olhar mais cuidado em relação a Educação Inclusiva, principalmente em relação as deficiências Intelectual e física.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, M. S. F. (2001). **Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência**. Revista do Ministério Público do Trabalho.
- BRASIL. Casa Civil. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: CC, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 17 jul. 2010.
- BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora com Deficiência. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, Corde, 1994.
- BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. 264 p.: 21 cm.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. MEC/CNE. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. MAPS, Google. **Mapa da escola prof.ª Antonia Tavares da Silva**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Escola+Estadual+Antonia+Tavares+-Da+Silva/@0.9424589,60.4296726,17z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x8d8b-85113ce49261:0xa58ad36f602684fc!8m2!3d0.9424589!4d-60.4274839>>. Acesso em: 10 out. 20017.
- NORMA BRASILEIRA - **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos** - Terceira 11.09.2015" <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf>" <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/abnt-nbr9050-edicao-2015.pdf> " <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>" <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>
- PIRES, D. M.; SAMPAIO, A. A. M.; Estudantes com Deficiência Mental e o Ensino de Geografia. **Revista Caminhos de Geografia Uberlândia**. v. 11, n. 36 dez/2010 p. 181 - 194 Página 194 - -revista <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16169>
- PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N.H. **Para ensinar e aprender Geografia**. São Paulo: Cortez, 2009.
- RESOLUÇÃO CEE/RR 007/2009, Conselho Estadual de Educação de Roraima -CEE/RR, de 14 de abril de 2009. **Dispõe sobre Diretrizes para a Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Roraima**. Disponível em: <http://gleicysantana2010.blogspot.com.br/2010/08/resolucao-ceerr-n-0709-de-14-de-abril.html>: acessado em 11 de junho de 2017
- ROPOLI, E. A.; **A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR - A ESCOLA COMUM INCLUSIVA** - Autores: Ropoli, E. A.; et al. - Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, (Fortaleza). Universidade Federal do Ceara- Brasília: 2010.